



APRENDIZ
GUIA DE EMPREGOS

EFICIENTES

ESTÁGIOS

PRIMEIRO EMPREGO

EFICIENTES

EDUCADORES

NOVA ECONOMIA

EXECUTIVOS

TERCEIRO SETOR

RECRUTAMENTO

MERCADO ABERTO

PALAVRA DO ESPECIALISTA

UOL ECONOMIA

INTERCÂMBIO

BOCA NO TROMBONE

ENVIE VAGAS

FALE CONOSCO

APRENDIZ

VAGAS

NOTÍCIAS

INFORMAÇÕES ÚTEIS

🕒 [Projetos abrem caminhos para deficientes](#)

Para quem não escuta, quem não enxerga, quem não anda ou caminha com dificuldade, São Paulo é mais que uma selva de pedra. Mas aos poucos, empresas e órgãos públicos adaptam instalações para garantir acesso aos portadores de deficiências.

Leia mais:

- [Projetos abrem caminhos para deficientes](#)
- [Obstáculos "expulsam" deficientes de cidades](#)



◀ VOLTAR

🕒 [Projetos abrem caminhos para deficientes](#)

Para quem não escuta, quem não enxerga, quem não anda ou caminha com dificuldade, São Paulo é mais que uma selva de pedra. Para esses, a cidade é um cipoal de barreiras que dificulta ou impede qualquer movimento.

Pelo censo de 2000, o número de pessoas portadoras de deficiência em São Paulo chega a 1 milhão. No Brasil todo, são 24,5 milhões, ou 14,5% da população.

Ninguém sabe ao certo quantos se movimentam em cadeira de

🕒 [Estilista](#) desenvolve roupas especiais para pessoas com deficiência

rodas ou so caminham tateando o chão com uma bengala. Pelo censo, 26% dos portadores de necessidades especiais têm deficiência física ou motora, e 48% apresentam dificuldade para enxergar.

Numa cidade como São Paulo, seriam, no mínimo, 400 mil cadeirantes e outro tanto de cegos.

Quem percorre a cidade, no entanto, nem percebe que eles existem, tão poucos os que se arriscam a sair às ruas. Cerca de 70% -na estimativa de alguns especialistas- permanecem ou são mantidos no interior de suas casas, longe dos olhos do público e das ameaças da cidade.

Este é o cenário atual e desalentador para as PPDs, pessoas portadoras de deficiência. A notícia é que algumas grandes empresas e administrações públicas estão tomando iniciativas para incluir o "consumidor" deficiente.

"É uma combinação de cidadania e interesse no mercado", diz Andrea Schwarz, 27, há cinco em cadeira de rodas. Vítima repentina de uma paraplegia (má formação congênita da medula), ela se viu de repente numa cadeira de rodas. "Tínhamos acabado de fazer uma viagem de mochileiros pela Europa e, de volta, na praia, Andrea começou a sentir as pernas dormentes", relata o então namorado, Jaques Haber.

Alguns dias depois, estava paralisada. A cidade transformou-se então numa imensa barreira, Andrea se recorda. Ela era a mesma, tinha as mesmas vontades, mas a cidade já não permitia que visitasse os amigos ou fosse a seus bares preferidos. Os dois, hoje casados, passaram a se dedicar ao assunto e montaram um escritório para assessorar empresas.

Ela, fonoaudióloga, ele publicitário, escreveram juntos o "Guia São Paulo Adaptado" (Editora Rosa dos Ventos), para pessoas portadoras de necessidades especiais. Visitaram cerca de mil estabelecimentos, de bares a motéis. Selecionaram 400 "entre os menos ruins". O escritório assessora várias empresas, entre elas a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e o Pão de Açúcar.

"As empresas estão se tornando mais abertas e sensíveis a essa questão", diz a arquiteta e deficiente Silvana Serafino Cambiaghi, que representa a Secretaria das Subprefeituras dentro da CPA (Comissão Permanente de Acessibilidade). A CPA está ligada à Secretaria Municipal da Habitação e vem produzindo uma série de publicações que orientam o construtor, os empresários, o deficiente deficiente e o cidadão comum.

Cambiaghi lembra prefeituras como a de Santos, que criou espaços acessíveis em toda a sua orla, permitindo o acesso de cadeirantes, e pôs piso tátil para deficientes visuais. São Paulo, que precisa de 50 mil guias rebaixadas e só tem 9.300, fez um convênio com a Associação Brasileira de Cimento Portland para instalar outras 5.000 rampas pré-moldadas, mais baratas, práticas e resistentes.

"Empresas que querem exportar estão valorizando o "desenho universal", dando a seus produtos formas que facilitam o uso de todas as pessoas, incluindo as portadoras de necessidades especiais", diz. Assim, um telefone terá os números em braile e uma luz que alertará deficientes auditivos.

Várias empresas vêm fazendo adaptações para esse "nicho" de mercado. O Pão de Açúcar já fez mudanças em sete de suas lojas e vai inaugurar, no meio do ano, uma especialmente preparada para deficientes visuais.

Segundo Adriana Schwarz, um piso tátil conduzirá o deficiente até

📌 **Justiça** manda retirar de escola cerca que separava portadores de deficiência

📌 **Vagas** para os deficientes não são respeitadas

📌 **Médicos** e pais lutam para melhorar o tratamento de pessoas com deficiência

📌 **Lei obriga** bancos a adaptar teclados de caixas para os deficientes visuais

📌 **Caixas** eletrônicos terão que ser adaptados para deficientes físicos

📌 **Guia** orienta jornalistas sobre direitos de pessoas com deficiência

uma recepção onde recebera um walkman. "Uma gravação vai indicando onde o cliente está e quais produtos estão naquela gôndola, exatamente como se faz nos museus europeus", diz Schwarz. Vários fabricantes já escrevem em braile em suas embalagens. Alguns supermercados já mantêm os produtos ao alcance dos cadeirantes, e outros colocam funcionários para auxiliar deficientes.

(Folha de S. Paulo – 18/01/04)

◀ VOLTAR

🌀 **Obstáculos "expulsam" deficientes de cidades**

O mais completo estudo sobre a deficiência no país, publicado neste ano, identificou três fatores fundamentais. Um deles é que a deficiência ampla -a dificuldade de enxergar, ouvir ou caminhar- atinge metade da população com 60 anos ou mais.

A outra descoberta foi a relação entre renda e deficiência. O Lago Sul de Brasília, por exemplo, é a área com menor taxa de deficiência. As maiores taxas estão nos municípios pobres do Nordeste.

"A renda interfere no acesso aos serviços de saúde, nos tratamentos, nas fisioterapias, na aquisição de órteses e próteses", diz Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e principal responsável pelo trabalho.

O estudo, batizado de "Diversidades - Retratos da Deficiência no Brasil", foi realizado numa parceria entre a FGV e a Fundação Banco do Brasil.

A terceira constatação -"inesperada e surpreendente", segundo Neri- foi a importância da acessibilidade. O termo classifica a facilidade ou dificuldade que a pessoa tem para se deslocar e ter acesso a serviços, lazer e tudo que a cidade pode oferecer. Quando se vêem excluídos, a tendência é que abandonem a cidade.

"É por isso que Fernando de Noronha tem menos de 3% de deficientes, a menor taxa do país", diz Neri. Sem meios para se locomover na ilha íngreme, suas famílias acabam se mudando para o continente.

A Rocinha, favela do Rio, também tem baixa taxa de deficientes, pois no morro a dificuldade de locomoção, para qualquer tipo de deficiência, é muito grande.

Outro exemplo são duas cidades do Piauí que, coincidentemente, têm o mesmo nome. São Gonçalo do Piauí é uma cidade onde as pessoas se locomovem sem dificuldade e por isso tem 33% de deficientes -40% deles vindo de fora. Já São Gonçalo de Gurguéia, íngreme e pouco atraente, tem uma das menores taxas de deficientes.

O estudo identificou que as nove cidades com maior taxa de deficientes estão no Nordeste. Mas Irati, em Santa Catarina, também apresentou uma taxa alta. Segundo Neri, 60% dos deficientes migraram para a cidade por encontrarem ali melhores condições.

A cidade de São Paulo tem cerca de 10% de deficientes, contra 14,5% no Brasil. Neri atribui esse índice relativamente alto ao trabalho informal que a cidade oferece. Também há um maior respeito à legislação que obriga empresas com mais de cem funcionários a contratarem deficientes.

Acessibilidade é um conceito ainda pouco compreendido até mesmo por arquitetos. No caso de estabelecimentos comerciais - um banco, por exemplo- é preciso que o portador de qualquer necessidade especial tenha acesso a todos os serviços, incluindo os caixas automáticos. Restaurantes e bares precisam ter mesas e balcões que permitam a aproximação de uma cadeira de rodas e que o deficiente fique na mesma altura de seus colegas.

Andrea Schwarz diz que as faculdades de arquitetura não têm uma cadeira específica voltada para pessoas com necessidades especiais. No guia "São Paulo Adaptada", ela e o marido pensaram em avaliar também as faculdades. "Mas a maioria não tinha nada, nem rampa, nem elevador."

No entanto são 24 milhões de pessoas no país, sem contar os idosos, as gestantes, os obesos e os temporariamente impossibilitados de se locomover.

A falta de acesso poderia ser apenas mais uma barreira na lista de dificuldades de um deficiente. É mais que isso. Sem poder chegar aos serviços e às atividades do local onde mora, a pessoa é excluída da vida da cidade e dos serviços públicos, especialmente os de saúde.

A fisiatra e vice-diretora clínica da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), Maria Eugenia Pebes Casalis, diz que muitos pacientes não retornam para novas consultas e fisioterapia porque não têm como se locomover. "O problema de transporte é brutal", ela diz. "Às vezes chegam mães carregando a criança no colo, com todo o peso dos aparelhos", conta.

A AACD central chega a receber 2.000 pacientes por dia e já conta com unidades em Osasco, Recife, Porto Alegre e Uberlândia (MG). Do total, em São Paulo, cerca de 43% são vítimas de paralisia cerebral. Os outros se distribuem entre lesões medulares -metade deles por arma de fogo-, amputados, má formação congênita. Todos, em maior ou menor grau, têm dificuldade de locomoção.

"Nossa luta é para reduzir as taxas de deficientes e cobrar dos serviços públicos e privados a atenção especial e o respeito de que necessitam", diz Casalis.

(Folha de S. Paulo – 18/01/04)